

José Mendes alerta que período entre 2020 e 2030 será crítico para atingir a neutralidade carbónica

6 de Maio, 2019

“O Planeta Terra enfrenta hoje o mais extraordinário dos desafios, que é sermos capazes de travar esta trajetória de aquecimento global”, afirmou José Mendes, secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, durante a Conferência Anual do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS).

O Acordo de Paris pretende reduzir o aquecimento global para 2º centígrados. No entanto, José Mendes refere que no último relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas “fica demonstrado que o objetivo deve ser limitar o aquecimento global para 1,5º”. Já segundo o *Emissions Gap Report*, relatório da ONU que avalia o gap entre a redução de emissões que está a decorrer e aquela que seria necessária para conseguir cumprir o Acordo de Paris, “estamos substancialmente atrasados”.

Portugal tem a meta de atingir a Neutralidade Carbónica até 2050, o que implica a redução das emissões de CO2 em 85%, o que significa passar das atuais cerca de 68 milhões de toneladas de emissões anuais para 12 toneladas, “que é a capacidade que se pensa conseguir de captura de sequestro de carbono”, explica o responsável.

José Mendes alerta que, para isso, a década entre 2020 e 2030 será crítica: “Aquela que vai ser mais exigente sob pena de jamais conseguirmos a neutralidade carbónica em 2050.” E é por isso que o Plano Nacional Integrado Energia-Clima (PNEC) tem como horizonte 2021-2030.

O secretário de Estado da Mobilidade explica que o PNEC pretende “escalar, redimensionar, aquilo que é a nossa ambição para um conjunto de indicadores”, tais como a redução das emissões de CO2 entre 45 e 55%, atingir uma eficiência energética de cerca de 35% e uma transição energética na ordem dos 47% (o sistema eletroprodutor em 80%).

Quanto ao [Parecer](#) do CNADS a respeito do PNEC, José Mendes retém quatro ideias fundamentais: a necessidade do Plano densificar a calendarização dos investimentos necessários, de prever políticas endereçadas às famílias e microempresas, a necessidade de ter um modelo de governança e, finalmente, de investir em investigação, desenvolvimento e inovação pois a transição energética gera “novas realidades, novas profissões e novos modelos de negócio”.